

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.805 - MG (2019/0299348-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : LINDOMAR GOMES DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*.
LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA PELO JUÍZO DE
PRIMEIRO GRAU. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO.
PETIÇÃO RECURSAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto pro LINDOMAR GOMES DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.100792-1/000.

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante no dia 12/08/2019, quando surpreendido na posse de uma pistola de calibre 9mm, carregada com seis munições, e duas munições de calibre 38. A prisão foi convertida em preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal estadual, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado (fl. 77):

"HABEAS CORPUS – POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO – DECLASSIFICAÇÃO DO DELITO – EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS – NÃO CABIMENTO. WRIT NÃO CONHECIDO. A tese de desclassificação do delito é matéria que demanda aprofundado exame de provas, o que se mostra impróprio na via estreita do Habeas Corpus. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM CUSTÓDIA PREVENTIVA – DECISÃO FUNDAMENTADA – PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA – PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS DO ART. 312 DO CPP – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – INADEQUAÇÃO – CONCESSÃO DO WRIT POR PRESUNÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PRISÃO PROCESSUAL – COMPATIBILIDADE – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – INSUFICIÊNCIA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. 1. A decisão que converteu a prisão em flagrante do Paciente em custódia preventiva encontra-se devidamente fundamentada, ancorando-se nos ditames do art. 93, inc. IX, da

Superior Tribunal de Justiça

Constituição Federal, e dos arts. 310, 312 e 313, todos do Código de Processo Penal. 2. A presença nos autos de prova da materialidade e indícios suficientes da autoria do delito imputado ao Paciente aponta para a necessidade da manutenção da custódia cautelar, especialmente para garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 3. A prisão preventiva se justifica pela presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, além da aplicação do art. 313, inc. I, do mesmo Diploma Legal, já que o delito em questão é doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro (04) anos. 4. As medidas cautelares diversas da prisão preventiva revelam-se inadequadas e insuficientes para resguardar a ordem pública, em face das circunstâncias do caso e da gravidade concreta do crime. 5. É impossível fazer ilações sobre a perspectiva de pena in concreto, uma vez que a fixação desta, assim como do regime prisional, decorre da ponderação dos elementos de prova a serem produzidos na instrução criminal e, além disto, esta é uma questão que dependerá da análise completa das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, no momento de prolação da Sentença, sendo, portanto, inviável a concessão de Habeas Corpus por presunção. 6. A prisão processual não é incompatível com a presunção de inocência e nem impõe ao Paciente uma pena antecipada, porque não deriva do reconhecimento da culpabilidade, mas, sim, de sua periculosidade, seja para a garantia da ordem pública, seja para a futura aplicação da lei penal, razão pela qual não há de se cogitar em violação do mencionado princípio constitucional. 7. A existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para autorizar a concessão da liberdade provisória, já que tais condições devem ser analisadas diante do contexto dos autos."

Na presente insurgência, alega o Recorrente que o Decreto n.º 9.785/2019 dispôs que a arma apreendida é de uso permitido, passando, assim, a conduta a se amoldar ao art. 12 da Lei n.º 10.826/2006, que comina a pena de detenção de 1 (um) a 3 (três) anos. Assim, aduz que não estão presentes os requisitos da segregação cautelar e que a fundamentação utilizada pelo Juízo de primeiro grau é genérica.

Requer, liminarmente e no mérito, **a revogação da prisão preventiva**, ainda que lhe sejam impostas as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório. Decido.

Em consulta ao andamento eletrônico do processo-crime em referência, verifico que, ao tempo da interposição do presente recurso ordinário em *habeas corpus*, o Juízo de primeiro grau havia concedido liberdade provisória ao Recorrente, sendo o mandado de soltura expedido em 27/09/2019.

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, evidencia-se a ausência de interesse jurídico em relação à presente ação mandamental, em que se pretendia a revogação da prisão preventiva, a fim de permitir que o Recorrente aguardasse em liberdade até o julgamento do mérito do *habeas corpus*, ainda que fossem impostas as medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição recursal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

